



Encontros Bibli

REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE EM DISCIPLINAS DE TRONCO COMUM NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA E DE BIBLIOTECONOMIA

Insights of teaching approaches into common core disciplines in Archivology and Librarianship courses

Marielle Barros de Moraes

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação
Niterói, RJ, Brasil
mariellemoraes@id.uff.br

<https://orcid.org/0000-0002-8848-5799> 

Rosimere Mendes Cabral

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação
Niterói, RJ, Brasil
rosimerecabral@id.uff.br

<https://orcid.org/0000-0001-9442-7176> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: Discute o ensino das disciplinas denominadas de Serviços de Referência e Informação I e Ação Cultural em Unidades de Informação, ambas presentes nos cursos graduação em Arquivologia e em Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal Fluminense (UFF), evidenciando a importância e o diálogo complementar entre ambas disciplinas e sua importância para a formação de arquivistas e bibliotecários enquanto mediadores da informação e da cultura. Descreve as experiências didático-pedagógicas das docentes nas disciplinas mencionadas tanto no que concerne à elaboração do programa da disciplina, quanto em sala de aula.

Método: Expõe uma revisão de literatura sobre Serviços de Referência e Ação Cultural no âmbito de arquivos e de bibliotecas e realiza uma Análise de Conteúdo, a partir do Método Categorical para analisar as ementas e conteúdos programáticos das disciplinas.

Resultado: Os resultados demonstram que o diálogo entre as referidas disciplinas proporciona uma formação mais comprometida com a perspectiva social dos cursos de Biblioteconomia e Documentação e de Arquivologia da UFF. Profissionais da informação aptos a serem mediadores da informação e da cultura em seus variados aspectos. O uso de estratégias próprias da sociedade da cibercultura, como compartilhamento, conectividade, interatividade, autoria, colaboração, assim como as ferramentas digitais, permitem que discentes sejam atores ativos no processo de ensino e aprendizagem, e não meros espectadores, em consonância com os ensinamentos de Paulo Freire, a educação para a liberdade.

Conclusões: Conclui que os Projetos Político-Pedagógico, que instituiu o tronco comum nos currículos dos cursos de Biblioteconomia e Documentação e de Arquivologia da UFF, vêm possibilitando um diálogo profícuo entre essas áreas, em especial, entre as disciplinas de Serviços de Referência e Informação I e Ação Cultural em Unidades de Informação, contribuindo assim para uma formação humanística e social de arquivistas e bibliotecários, que se comprometem com a mediação da informação e da cultura e com a diversidade cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Serviços de Referência. Ação Cultural. Ensino de Arquivologia. Ensino de Biblioteconomia.

ABSTRACT

Objective: This paper discusses the teaching of the disciplines Reference and Information Services I and Cultural Action in Information Units, both present in the undergraduate courses in Archival Science and Library Science and Documentation at the Federal Fluminense University (UFF), highlighting the importance and complementary dialogue between both disciplines and their significance for the education of archivists and librarians as information and cultural mediators. It describes the didactic-pedagogical experiences of the professors in the mentioned disciplines, both regarding the development of the course syllabus and in the classroom.

Method: It presents a literature review on Reference Services and Cultural Action in the context of archives and libraries and conducts a Content Analysis using the Categorical Method to analyze the syllabi and program contents of the disciplines.

Result: The results demonstrate that the dialogue between these disciplines provides a more socially-oriented education in the courses of Library Science and Documentation and Archival Science at UFF. Information professionals become capable of being mediators of information and culture in various aspects. The use of strategies inherent to the cyberculture

society, such as sharing, connectivity, interactivity, authorship, and collaboration, as well as digital tools, allows students to be active participants in the learning process, rather than mere spectators, in line with the teachings of Paulo Freire, "education for freedom".

Conclusions: the Political-Pedagogical Project that established the common core in the curricula of the courses of Library Science and Documentation and Archival Science at UFF has enabled a fruitful dialogue between these areas, especially the disciplines of Reference and Information Services I and Cultural Action in Information Units, thus contributing to a humanistic and social education of archivists and librarians, who are committed to the mediation of information and culture and to cultural diversity.

KEYWORDS: Reference Services. Cultural Action. Archival Science Education. Library Science Education.

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a formação de bibliotecários e de arquivistas na contemporaneidade pressupõe múltiplas e complexas abordagens pedagógicas, em especial, neste período em que ultrapassamos a barreira dos anos 20 do século XXI. Essa sociedade, baseada em tecnologias, foi convencionada a ser denominada como Sociedade da Informação, trazendo rupturas de espaço e de tempo. Fato que acarretou diversas transformações para o mundo dos arquivos e das bibliotecas no que concerne à inserção e ao uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação nos mais variados processos realizados nesses ambientes.

Ao considerarmos as mudanças mencionadas com o uso intensivo das Tecnologias de Informação e de Comunicação nos mais diversos espaços sociais, dentre eles, nas instituições educacionais, a sociedade da cibercultura se faz cada vez mais intensa e presente no cotidiano de alunos e professores. Este fato pode ser observado, sobretudo, a partir da pandemia da Covid-19, a qual deixou essas mudanças ainda mais nítidas, visto a necessidade premente do uso dos princípios da educação *online*, utilizados no ensino *online/remoto*.

Silva (2021, p. 1), ao analisar o universo da educação híbrida, mostra que “a dinâmica comunicacional da cibercultura é feita de liberação e mobilização da autoria, compartilhamento, conectividade, colaboração e interatividade”. Tais princípios norteiam a educação na cibercultura, e impactam diretamente as práticas pedagógicas, de tal forma que o “foco não é a tecnologia em si, mas uma trama que se estabelece na interatividade, nos usos que produzem conhecimento a partir de novas formas de ensino-aprendizagem”, como mostra Santos e Weber (2013, p. 298).

Além das transformações da Sociedade da Informação, a qual possui por uma de suas características uma brecha digital e informacional a ser resolvida, há aquelas do âmbito próprio das profissões e de suas instituições que demandam mudanças na formação de arquivistas e bibliotecários no sentido de que esses profissionais não mais atuam apenas como organizadores do universo documental, mas sobretudo, como mediadores de

informações, de culturas e de documentos. Ou seja, há cada vez mais a necessidade da formação de arquivistas e bibliotecários como mediadores, para atuarem nas mais diversas frentes nas instituições infoculturais, desde o atendimento ao usuário à elaboração de complexas atividades culturais e educativas. Nesse ínterim, consideramos que os estudos relacionados à Ação Cultural e aos Serviços de Referência são promissores na formação desses arquivistas e bibliotecários como mediadores do universo infocultural.

Este artigo tem como objetivo apresentar, descritivamente, a prática docente nas disciplinas de Serviços de Referência e Informação I e Ação Cultural em Unidades de Informação, bem como os conteúdos programáticos dessas disciplinas, as quais compõem os Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Arquivologia e de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Ambas disciplinas são oferecidas no tronco comum¹ dos cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia e Documentação da UFF, bem como os conteúdos que as compõem.

O objeto de estudo foi a prática docente desenvolvida, em duas disciplinas diferentes, mas com objetivos que se complementam. Como sustentação teórica para o relato de experiência, serão abordadas questões relativas ao Serviço de Referência, à Mediação da Informação e da Cultura e à Ação Cultural, mais especificamente no âmbito da Arquivologia e da Biblioteconomia, bem como o esforço de inclusão dessa temática nos currículos dos dois cursos na UFF em um diálogo interdisciplinar.

Esta discussão apresenta os conceitos e as práticas do Serviço de Referência e de Ação Cultural à luz do ensino de Arquivologia e de Biblioteconomia, com vistas a promover uma nova perspectiva da atuação profissional. Com o objetivo de oferecer uma discussão crítica, essa pesquisa exploratória, a partir de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, delinea um debate acerca dos conhecimentos oriundos dessas noções e sistematiza um corpo de conhecimentos possíveis para o ensino de Arquivologia e de Biblioteconomia com vistas à formação de profissionais da informação que se apresentam, sobretudo, como mediadores.

¹ As disciplinas de tronco comum, no âmbito do currículo da UFF, são aquelas obrigatórias para ambos os cursos, de Biblioteconomia e Documentação e de Arquivologia. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2016) denomina, aquilo que a UFF nomeia de tronco comum, como Núcleo Curricular Comum, o qual se trata de um corpo de conhecimentos, habilidades e atitudes que se espera que todos os alunos aprendam e, geralmente, está relacionado a um conjunto de disciplinas e áreas de aprendizagem comuns a todos os estudantes.

2 SERVIÇOS DE REFERÊNCIA: UMA REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR

O Serviço de Referência possui uma longa trajetória de pesquisas e de práticas. Nesta seção, discutimos a sua origem no campo da Biblioteconomia e seu estado atual, e como essa discussão se apresenta no campo da Arquivologia, bem como suas possibilidades para esse campo, em um diálogo interdisciplinar² entre as áreas.

2.1 O Serviço de Referência na Biblioteconomia: origens e estado atual

O Serviço de Referência nem sempre existiu no âmbito das bibliotecas, haja vista que, até a abertura das bibliotecas ao público, os usuários desses espaços, em alguma medida, eram iniciados no uso das bibliotecas e possuíam competências para buscar e acessar as informações que necessitavam. Foi somente no final do século XIX, a partir do artigo de Samuel Sweet Green, publicado em 1876, intitulado *Personal Relations Between Librarians and Readers*, e publicado no *American Library Journal*, e lido em 5 de outubro de 1876 na *Centennial Conference of Librarians*, na Filadélfia, da qual resultou a fundação da *American Library Association* (ALA), que o Serviço de Referência passa a ser discutido no âmbito da Biblioteconomia. O objetivo de Samuel Sweet Green era discutir o papel do bibliotecário como um educador que ensinaria os usuários no uso da biblioteca, no entanto, o autor não usou a expressão Serviço de Referência.

A expansão desse serviço ocorre com a abertura das bibliotecas públicas estadunidenses ao público em geral, em especial, em decorrência do movimento de alfabetização das massas. Esse momento foi analisado por Mueller (1984), em uma revisão de literatura que abrangeu o período de 1880 a 1975, sobre a função das bibliotecas na sociedade, abrangendo autores, especialmente ingleses e estadunidenses, e se referia em especial às bibliotecas públicas. Os resultados apontaram que, embora as funções atribuídas às bibliotecas públicas pouco tenham mudado ao longo dos tempos, há algumas funções que permaneceram: a coleta, preservação, organização e difusão de informações. Na Inglaterra, inicialmente, a biblioteca pública era vista como dispositivo que poderia contribuir para a ordem social e o progresso nacional; já nos Estados Unidos da América ela era considerada um sustentáculo do projeto de democracia daquele país.

² Sobre os diversos âmbitos do diálogo interdisciplinar, Moraes e Almeida (2013, p. 188) dialogando com Naomar de Almeida Filho, buscam o entendimento do conceito de inter, multi, pluri e transdisciplinaridade no âmbito da Ciência da Informação.

O reconhecimento da função de referência pelo campo da Biblioteconomia foi realizado *pari passu* em decorrência, dentre outros, dos seguintes acontecimentos: a criação do primeiro posto de trabalho para um bibliotecário em tempo integral para atender no Serviço de Referência da *Boston Public Library*, em 1883; do surgimento do termo *reference work*, no índice do *Library Journal*, no ano de 1891, um tradicional periódico da Biblioteconomia. Em relação às publicações sobre o tema, Accart (2012) afirma que elas tiveram início no final do século XIX, no entanto, foi somente nas décadas de 1930 a 1940 que os manuais do campo da Biblioteconomia estadunidense passaram a reconhecer a função de referência como legítima do campo.

Foi no período em que a Biblioteconomia estava começando a reconhecer a função de referência que Ranganathan (1961), que era bibliotecário de referência³, publicou sua obra *Reference Service* afirmando que o serviço de referência era o verdadeiro trabalho do bibliotecário. Na realidade, além da abertura das bibliotecas ao público, ocorreu toda uma conjuntura no âmbito biblioteconômico que possibilitou o desenvolvimento desse serviço, a saber: a influência de Melvil Dewey e a adoção de sua classificação, a Classificação Decimal de Dewey (CDD), a Classificação Decimal Universal (CDU) e a expansão da publicação de periódicos em meados do século XIX (ACCART, 2012).

Sobre o Serviço de Referência, Almeida Júnior (2013, p. 15) afirma que “é o serviço fim da biblioteca; é o espaço onde ocorre a relação entre a informação e o interesse do usuário; é o momento em que se procura satisfazer as necessidades informacionais do usuário, enfim, é quando todo o trabalho da biblioteca se completa”. O que Almeida Júnior (2013) nos alerta, e que Accart (2012) já o havia feito, é que os serviços de tratamento da informação com vistas à sua recuperação deságuam no atendimento ao usuário, ou seja, no âmbito do Serviço de Referência.

No que concerne ao Brasil, rapidamente a discussão e a prática do Serviço de Referência no âmbito da Biblioteconomia foi assimilada. A primeira vez que esse serviço foi registrado no país, parece ter sido em 1929, na Cidade de São Paulo, quando a bibliotecária estadunidense Dorothy Muriel Geddes implementou o curso do Mackenzie, com uma disciplina intitulada *Referência*. Tempos depois, no ano de 1938, a Biblioteca do

³ Grogan (2001) que afirma ter sido o termo Bibliotecário de Referência empregado por Melvil Dewey por volta de 1888, muito embora a existência de um serviço de referência em si só tenha vindo a ocorrer no início do século XX.

Serviço do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), teria sido a primeira a criar uma seção de referência⁴.

É importante lembrar que os serviços de referência não se resumem à prática realizada no âmbito do balcão de referência, às vezes até mesmo confundido com o balcão de empréstimo de materiais. Sobre as diferentes visões acerca desse serviço, Macedo (1990) o classifica em dois tipos: serviço de referência em *sentido restrito*, o qual refere-se ao atendimento face a face do bibliotecário com o usuário a fim de satisfazer uma necessidade de informação; e em *sentido amplo*, o qual a autora divide em dois segmentos. O primeiro é o *Serviço de Referência Interface*, tendo à frente o bibliotecário de referência, respondendo a questões. O segundo é o *Serviço de Referência e Informação*, o qual se trata do todo da biblioteca, com pessoal, arquivo, equipamento, metodologia própria, etc. É o momento em que o bibliotecário se torna intérprete do acervo no processo de referência, ou seja, é onde a função de mediação é mais visível.

O processo de referência foi delineado por Grogan (2001) e, para fins didáticos, o autor o divide em 8 etapas:

- 1) problema
- 2) necessidade de informação
- 3) questão inicial
- 4) questão negociada
- 5) estratégia de busca
- 6) processo de busca
- 7) resposta
- 8) solução

Por processo de referência, o autor entende ser toda a atividade que envolve o usuário e que, durante a qual, se realiza o serviço de referência, sendo o cerne desse processo a entrevista de referência, que, para Grogan (2001, p. 62), é uma transação em que o bibliotecário de referência tem que fazer perguntas ao usuário da informação.

Com as Tecnologias de Informação e de Comunicação, o Serviço de Referência das bibliotecas vem se ampliando cada vez mais e abrangendo não apenas o âmbito das bibliotecas, mas, como afirma Accart (2012), vem envolvendo todo o espectro dos profissionais que atuam com o atendimento ao usuário, a saber: arquivos, bibliotecas, centros culturais, miariatecas, etc. Na atualidade, as bibliotecas, sejam elas públicas,

4 Dados do Prof. Briquet de Lemos nas notas de tradução do livro do Jean-Phillippe Accart para o português.

universitárias, escolares, dentre outras, possuem sítios *web* onde o serviço de referência é oferecido no formato remoto, de forma síncrona e/ou assíncrona como *e-mail*, *chat*, videoconferência, etc., numa tentativa de aproximar os usuários com os produtos e serviços das bibliotecas. Com isso, os estudos acerca dos Serviços de Referência também se ampliam, bem como se ampliam os estudos e as práticas para além do ambiente das bibliotecas, abrangendo, inclusive, o campo dos arquivos.

2.2 A discussão de Serviços de Referência na Arquivologia

No âmbito da literatura internacional, Duff⁵ (2017) analisou que muitos arquivistas já haviam observado a carência de publicações sobre o tema do Serviço de Referência em Arquivos. Um dos primeiros a perceber foi Frank Gerard Burke⁶ em um artigo publicado no ano de 1983, no conceituado periódico *American Archivist*, no qual o autor afirmou que, desde a criação do referido periódico no ano de 1938 até o ano de 1983 (um período de 45 anos), haviam sido publicados 22 artigos sobre o tema. Por sua vez, a pesquisa de Carolyn Heald publicada no *Canadian Library Journal*, no ano de 1992, realizada nos 12 primeiros anos do periódico *American Archivist*, revelou que a palavra “referência” não havia aparecido em nenhum título de artigo. A pesquisa de Frances O’Donnell, publicada no *Journal of Academic Librarianship*, no ano 2000, teve como principal achado que na *Library Literature*, principal indexador da área, havia apenas três artigos que poderiam ser recuperados com a rubrica “Arquivos-Serviço de referência”, no período compreendido entre os anos de 1962 e 1973.

Ao analisar o cenário brasileiro, em uma rápida pesquisa na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) com a rubrica “Serviço de Referência- Arquivos”, no período compreendido entre os anos de 1972 a 2022, ou seja, um período de 50 anos, são recuperados 12 artigos, dos quais 5 abordam diretamente o serviço de referência no âmbito dos arquivos e outros são entrevistas ou

⁵ Wendy Duff é professora e decana da Faculdade de Informação, da Universidade de Toronto, no Canadá, onde ministra cursos nas áreas de acesso a arquivos e arquivos comunitários. Suas pesquisas e publicações se concentram no acesso a arquivos, arquivos e justiça social e usuários de arquivos. Em sua pesquisa atual, ela está explorando o impacto emocional do trabalho de arquivo.

⁶ Frank Gerard Burke (1985-1987) ingressou no National Archives como assistente especial para recuperação de informações. Ele foi um dos primeiros funcionários do National Archives a defender o desenvolvimento de *software* para indexar coleções de arquivos. Também atuou como presidente da Sociedade de Arquivistas Americanos de 1991 a 1992. Burke morreu em 30 de novembro de 2015, em Annapolis, MD. Ele tinha 88 anos (NATIONAL ARCHIVES, 2017).

analisam aspectos das bibliotecas, mas que de alguma forma são recuperados por meio dessa rubrica. Assim, tanto no cenário nacional, quanto no internacional, há uma evidente carência de estudos e de pesquisas acerca da temática, o que demonstra a necessidade de se envidar pesquisas e disciplinas científicas para se refletir sobre a prática nos cursos de bacharelado em Arquivologia, em especial, quando se possui o acesso à informação nos arquivos como valor.

Para refletir sobre o significado de serviço de referência no âmbito dos arquivos, tecemos um diálogo com Evans *et al.* (1974, p. 429, tradução nossa), no *A Basic Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers*, onde se define serviço de referência como “a função básica de fornecer informações sobre ou através dos arquivos, manuscritos e registros; disponibilização de acervos para uso e fornecimento de cópias ou reproduções, certificadas ou não, de acervos”.

Portanto, todo serviço relacionado ao uso que um usuário faz dos acervos arquivísticos estão circunscritos ao âmbito dos serviços de referência em arquivos e tem a ver com o acesso à informação, tanto no que concerne aos arquivos públicos, quanto em quaisquer outros tipos de instituições arquivísticas. Nas palavras de Schellenberg⁷ (2006, p. 345), em seu capítulo intitulado “Serviço de Referência”,

A finalidade de todo o trabalho de arquivo é preservar os documentos de valor e torná-los acessíveis à consulta. Os serviços do arquivista visam a este duplo objetivo. Examina e avalia os documentos públicos a fim de determinar se devem ser conservados ou destruídos, tendo em vista a sua futura utilização. [...] descreve-os nos instrumentos de busca de maneira que o conteúdo e caráter dos documentos se tornem conhecidos; intercede junto às administrações para que suspendam restrições, liberando os documentos à consulta; facilita o acesso aos documentos em condições que satisfaça, tanto aos funcionários como ao público em geral, colocando-os à disposição de ambos.

Por sua vez, a *Society of American Archivists* (SAA) define serviços de referência como o conjunto de atividades desenvolvidas na assistência aos pesquisadores que utilizam materiais arquivísticos. Em seguida, também declara a diferença dos serviços de referência em arquivos para os programas de extensão, definindo este como ações organizadas em arquivos ou repositórios de manuscritos destinados a familiarizar os usuários em potencial com suas propriedades e suas pesquisas e valores de referência

⁷ A obra “Arquivos Modernos” foi originalmente publicada no ano de 1973 pela The University of Chicago Press, sob o título *Modern Archives: principles and techniques*. O último capítulo da obra de Schellenberg é dedicada a analisar os serviços de referência e informação dos arquivos, discutindo os tipos de acessos que se podem ou não ter no que concerne aos documentos de arquivos.

(BELLARDO; BELLARDO, 1992 apud DEARSTYNE, 1997). Para os arquivistas, estas duas funções são separadas: a de referência e a de extensão e ambas podem ser relacionadas à classificação de Macedo (1990) acerca de Serviço de Referência no sentido restrito (assistência aos pesquisadores na utilização dos materiais arquivísticos) e no sentido amplo (ações culturais e educativas nos arquivos).

O serviço de referência e a importância dada ao mesmo em pesquisas, no ensino, bem como na atuação profissional, dependerão da visão que tenha o profissional sobre essas instituições. Jimerson (2008) utiliza-se de três metáforas para refletir sobre o poder dos arquivos, a saber: templo, prisão e restaurante. Para o autor, o *templo* representa o poder em relação à autoridade e à veneração; a *prisão*, o poder do controle sobre os arquivos e mesmo sobre os pesquisadores e o *restaurante*, representando o poder da interpretação e da mediação, por meio da seleção, preservação e acesso. Ao utilizar a metáfora do restaurante, Jimerson (2008) afirma que o poder do arquivo governa o processo de pesquisa, tanto dos instrumentos de pesquisa que são de difícil interpretação aos usuários não habituados à pesquisa no âmbito dos arquivos; quanto na consulta individual que os usuários realizam e na qual o arquivista atua como mediador entre usuários e documentos. Portanto, “o papel de interpretação do arquivista, tanto em criar instrumentos de busca para guiar os usuários dos documentos quanto em prover serviços de referência, transmite histórias da condição humana” (JIMERSON, 2008, p. 36).

O processo de referência nos arquivos, conforme Duff (2017) é composto de seis passos:

- 1) registro
- 2) identificação
- 3) orientação
- 4) entrevista de referência
- 5) interação contínua
- 6) entrevista de saída.

Por sua vez, a entrevista de referência foi definida no Dictionary of Archival Terminology ([2000?], p. 1) como “uma conversa entre um arquivista e um pesquisador, projetada para orientar a este sobre o uso dos materiais, para ajudar o pesquisador a identificar as propriedades relevantes, e garantir que as necessidades de pesquisa sejam atendidas”. O referido dicionário complementa que as entrevistas de referência devem verificar a identidade do pesquisador, como uma medida de segurança; determinar as necessidades e a finalidade da informação do pesquisador; orientar o pesquisador com as

ferramentas de acesso apropriadas e fontes relevantes; informar o pesquisador sobre procedimentos básicos e limitações de acesso, manuseio de documentos e reprodução; e, após a conclusão da pesquisa, avaliar o sucesso da visita e a eficácia do serviço de referência oferecido.

No Brasil, o serviço de referência no âmbito dos arquivos é definido pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística como o “conjunto de atividades destinadas a orientar o usuário quanto aos documentos relativos ao tema de seu interesse, aos instrumentos de pesquisa disponíveis e às condições de acesso e de reprodução” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 1).

No que concerne ao sentido amplo do serviço de referência em arquivos, as ações culturais e educativas são algumas práticas que são desenvolvidas nas instituições arquivísticas, aproximando arquivos e sociedade.

3 MEDIAÇÃO E AÇÃO CULTURAL EM INSTITUIÇÕES INFOCULTURAIS

A Mediação da Informação e da Cultura e a Ação Cultural são aspectos relacionados aos serviços de referência no sentido amplo, conforme nos apresenta Macedo (1990). Assim, a mediação da informação é um conceito em constante discussão nos campos da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Ciência da Informação. Autores como Belluzzo, Santos e Almeida Júnior (2014, p. 66) afirmam que “a mediação da informação surge de um vácuo teórico do Serviço de Referência e Informação, principalmente, a partir de meados dos anos 1990” e os estudos da mediação da informação ocupa esse vazio e passa a refletir sobre as ações desenvolvidas nos equipamentos informacionais e sua relação com os usuários.

Assim, mediação, no contexto das ciências da informação e da comunicação, para Davallon (2007), é um conceito utilizado de três formas diferentes:

1) *fazendo uma referência de maneira incidental ao conceito* - as discussões são relativas a pôr de acordo partes que divergem de algum modo. Essa forma é muito utilizada na área do Direito.

2) *a ação de servir de intermediário ou de ser o que serve de intermediário*. Muito lembrada é a obra de Ortega y Gasset, de 1935, intitulada: *A missão do bibliotecário*, onde o filósofo afirma que o bibliotecário é o filtro entre os volumes de livros e os leitores.

3) *consagrando ao termo uma parte da obra e buscando dar-lhe uma definição*, e não apenas inserindo o conceito de maneira incidental.

Ao pensarmos na mediação e seus variados sentidos, encontramos a ação cultural, cuja acepção se aproxima e se inter-relaciona com a mediação cultural em bibliotecas, a qual tem objetivos: 1) *cultural*: incentivar a descoberta e 2) *político*: proporcionar espaço público para debates, formação de laços sociais que atuem na criação de uma identidade comum, para além das diferenças (RASTELI; CALDAS, 2017). Já a ação cultural sob a perspectiva de Coelho (2006, p. 12), pressupõe um processo cujo início é claro e planejado, contudo, não tem um fim determinado, sendo contínuo, “sem etapas intermediárias [...] já que não há um ponto terminal ao qual se pretenda chegar”.

Considerando a ação cultural como um processo e os sujeitos que dela participam como ativos e não como meros objetos, Jeanson (1973 apud COELHO, 2006, p. 14) afirma que “resume-se na criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas inventem seus próprios fins e se tornem sujeitos - sujeitos da cultura, e não seus objetos”. Em consonância com Coelho (2006) e considerando ainda as diferentes possibilidades de compreensão do termo ação cultural, ainda há aquela definição usada por Flusser⁸ (1983, p. 148) que, ao analisar o papel da *Biblioteca como um instrumento de ação cultural*, diz-nos que esta é “basicamente mediação e criação de acervo, inseridas em contexto cultural bem definido”.

Nesta concepção, os sujeitos são ativos no processo da ação cultural, e não meros espectadores, visão esta que se encontra em consonância com aquela de Paulo Freire (2011a, p. 38)⁹ que nos diz que uma ação cultural precisa ser libertadora e emergente. Nesse contexto, Paulo Freire (2011b) contextualiza a biblioteca popular como centro cultural que promove ações culturais em uma posição crítico-democrática. Para que estas ações sejam efetivas, é necessário um planejamento de tal maneira que o público participe crítica e ativamente da escolha do que será realizado, ou seja, ação cultural com as pessoas e não para elas. Mas, de que cultura se fala ao mencionar ação cultural?

O conceito de cultura é múltiplo e diverso, em constante construção. Desde Confúcio que dizia “A natureza dos homens é a mesma, são seus hábitos que os mantêm separados”

⁸ Apresentação feita em 1982 no 11º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em João Pessoa, Paraíba.

⁹ Obra originalmente publicada no ano de 1981 e constitui-se em uma palestra sobre a importância do ato de ler e a relação da biblioteca escolar com a alfabetização de adultos, onde se expõe a experiência de alfabetização de adultos desenvolvida por Paulo Freire e sua equipe em São Tomé e Príncipe.

(LARAIA, 1997, p. 10) até os atuais antropólogos, não há um consenso sobre seu significado. A origem do termo em fins do século XVIII vem do termo germânico *kultur* que englobava todos os aspectos espirituais de uma comunidade, e do termo francês *civilization* que dizia respeito, especialmente, às realizações materiais de um povo (final do século XVIII e início XIX).

A síntese dos termos foi feita por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture*, que “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 1997, p. 14).

O termo cultura tem na sua etimologia a derivação de natureza e como um dos seus significados originais “lavoura” ou “cultivo agrícola”, ou seja, aquilo que é cultivado e cresce naturalmente, a partir de um trabalho que envolve a agricultura, a colheita e cultivo. Eagleton (2011) propõe a superação das definições antropológicas de forma a romper com a visão do idealismo e do naturalismo.

A cultura dentro dessa multiplicidade, “é uma espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania política ao liberar o eu ideal ou coletivo escondido dentro de cada um de nós [...]” (EAGLETON, 2011, p. 16-17). E como tal deve ser uma crítica efetiva, daí que sua dimensão política se aproxima da social, como apontado por Williams (2015, p. 5).

A cultura é algo comum a todos: este é o fato primordial. Toda sociedade humana tem sua própria forma, seus próprios propósitos, seus próprios significados. [...] A formação de uma sociedade é a descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das invenções [...]. A sociedade em desenvolvimento é um dado e, no entanto, ela se constrói e se reconstrói em cada modo de pensar individual. A formação desse modo individual é, a princípio, o lento aprendizado das formas, dos propósitos e dos significados de modo a possibilitar o trabalho, a observação e a comunicação [...]. Usamos a palavra cultura nesses dois sentidos para designar todo um modo de vida - os significados comuns -; e para designar as artes e o aprendizado - os processos especiais de descoberta e esforço criativo.

Um das formas de cultura é o debate, a invenção e a criação que se dão no individual e no coletivo, por meio das relações sociais e políticas dos sujeitos em comunidade que são estimulados por meio das ações culturais em instituições infoculturais, como bibliotecas e arquivos.

A cultura pensada por Flusser (1983, p. 147) teria duas vertentes: uma que engloba um “conjunto de artes, coisas feitas pelo homem, obras”, outra como sendo a visão de

mundo do homem, um “conjunto de suas práticas sociais ou individuais”. A conceituação primeira diz respeito à cultura como sendo acervo formado através do trabalho do homem, já a segunda enseja as relações inter-humanas, ou seja, contexto cultural, de forma tal que, para que a ação cultural seja realizada, ambas as posições - acervo e contexto, precisam ser consideradas constantemente.

De certo, trata-se de uma cultura libertadora como nos ensinou Paulo Freire (2011a, p. 67) ao dizer que “a orientação no mundo põe a questão das finalidades da ação ao nível da percepção crítica da realidade”. Para que esta crítica possa emergir é necessário que os sujeitos sejam ativos no processo de aprendizagem, e não meros espectadores. Esta é a ação cultural que se pretende buscar com os educandos, ao considerar seus contextos sociais, culturais e políticos.

A difusão cultural definida por Bellotto (2010, p. 228) pressupõe um serviço que planeja e desenvolve atividades culturais e propicia a “construção de conhecimentos”, ao envolver atividades tais como “palestras, debates, lançamentos de obras e concursos sobre história geral do Brasil e história regional [...] simpósios, congressos, jornadas e reuniões”, são as mais comuns em arquivos brasileiros, contudo o lado lúdico também é recomendado.

Em se tratando de exposições de documentos, há novas formas que possibilitam maior divulgação do arquivo, tornando-o mais atraente, como exemplificado por Bellotto (2010, p. 229) no “Museu de História da França, anexo aos Archives Nationales” que, desde o século XIX, “trabalha-se com peças originais, entremeadas com reproduções de documentos que as explicam e as situam em seu contexto e circunstância.”

O trabalho conjunto de exposição e transmissão radiofônica alcança um público diversificado e pode ser planejado de forma sistemática. Poderia ser implementado no Brasil com alguma facilidade, visto que se tem prática neste tipo de atividade (exposição) em bibliotecas, arquivos e museus, faltando, assim, aliar a transmissão via rádio, (CABRAL, 2012) consubstanciando desse modo a função social dos arquivos (sua aproximação com a sociedade) com a função de custódia.

A difusão educativa é a relação entre arquivos e escolas e propicia aos estudantes aulas, visitas e pesquisas em documentos armazenados no arquivo (BELLOTTO, 2010), assim como o uso de documentos, sejam originais ou cópias, levados até a escola por arquivistas e trabalhados em diversas matérias. Estas atividades abordam a profissão, a prática arquivística e outros campos da cultura, buscando assim maior aproximação e

divulgação junto à população, desconstruindo a ideia conservadora de arquivos somente para uma minoria de pesquisadores e historiadores.

Ao analisar os aspectos da difusão cultural, educativa e editorial em arquivos, Cabral (2012, p. 35-36) afirma que “pretende-se que sejam realizados não apenas eventos circunstanciais, mas implementado um programa sistemático visando aproximar o público em geral, com o intuito de possibilitar o acesso à informação e fomentar a criação de conhecimentos”. A concepção aqui considerada difere do modelo de instituição arquivística custodial, baseada no pressuposto de que a guarda do documento possui primazia sobre o acesso, para uma visão pós-custodial na qual o uso de tecnologias amplia a mediação e, por consequência, o acesso.

4 REFLEXÕES SOBRE O DIÁLOGO CURRICULAR ENTRE ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA NA UFF

O curso de Biblioteconomia e Documentação da UFF iniciou suas atividades, ainda em caráter experimental, no dia 16 de abril de 1963 nas dependências da Biblioteca Pública Estadual de Niterói. O atual currículo do Curso de Biblioteconomia foi estabelecido pela Resolução n° 296/2006, tendo iniciado sua implementação no ano de 2007 (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2006a).

Por sua vez, no ano de 1985 iniciou-se a tramitação do processo de reconhecimento do curso de Arquivologia da UFF, tendo sido aprovado pelo MEC em 1986 (MEC. Portaria 1/1986, Diário Oficial publicada no DOU, 3 jan. 1986. Sessão I, p. 66) (RODRIGUES; FIGUEIREDO, 2011). Durante sua trajetória, o curso possuiu diversos projetos político-pedagógicos, sendo o vigente aquele da Resolução 297, de 29 de novembro de 2006 e publicado em 2007 (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2006b).

Nesta seção, relatamos a prática docente nas disciplinas de Serviços de Referência e Informação I e Ação Cultural em Unidades de Informação, bem como os conteúdos programáticos dessas disciplinas.

4.1 Práticas docentes na disciplina de Serviços de Referência e Informação I

A disciplina de Serviços de Referência e Informação na Universidade Federal Fluminense é dividida em duas etapas, a saber: Serviços de Referência e Informação I e Serviços de Referência e Informação II. A disciplina objeto de análise neste artigo é a Serviços de Referência e Informação I, ofertada para o curso de Arquivologia no 3°

semestre do curso e é tronco comum ao curso de Biblioteconomia e Documentação onde a disciplina também é ofertada no 3º semestre. A disciplina possui 60 horas/aula e duas turmas, uma na segunda-feira pela manhã e outra na quinta-feira à noite.

A disciplina possui a seguinte ementa: *Princípios e fundamentos de SRI. O processo de referência. Formação do usuário. A biblioteca como instrumento de educação permanente e continuada. Orientação ao usuário.*

A partir da ementa a docente elabora o conteúdo programático tendo em vista que a disciplina será ofertada tanto para o curso de Biblioteconomia e Documentação, quanto para o curso de Arquivologia, distribuído em 15 semanas e organizado da seguinte maneira: *Unidade 1: Origem dos Serviços de Referência na Biblioteconomia: Implicações das 5 leis da Biblioteconomia. Serviço de Referência em diferentes tipos de instituições. Unidade 2: Serviços de Referência em Arquivos: origem da discussão e mediação arquivística. Questões de Referência em arquivos e bibliotecas. Processo de Referência: Grogan, Figueiredo e Wendy Duff. Competências profissionais para profissionais da referência. Unidade 3: Reference and User Services Association. Documentos sobre serviços de referência. Serviço de Referência virtual. Unidade 4: Competência em Informação: prática do serviço de referência. Referência Radical e Responsabilidade Social dos arquivistas e bibliotecários no Serviço de Referência. Importante mencionar que em Serviços de Referência II os alunos aprofundam os Estudos de Usuários da Informação, com seus métodos e técnicas, porém a disciplina é ofertada apenas para o Curso de Biblioteconomia e Documentação.*

Uma das preocupações cruciais da disciplina é dosar os conteúdos relacionados à Arquivologia com os de Biblioteconomia de modo que ambos cursos tenham 50% de conteúdos cada. Portanto, os autores que compõem a bibliografia básica da disciplina são: Accart (2012) “Serviço de Referência: do presencial ao virtual”, Duff (2017) em seu capítulo intitulado “Mediação Arquivística”, Vaz e Venâncio (2018) um artigo intitulado “Marketing, difusão, ação e mediação cultural em arquivos públicos” Schellenberg (2006) com o capítulo “Serviço de Referência” e Vitorino e Piantola (2020) para estudos sobre Competência em Informação. Outros textos são usados para apresentar os movimentos do *Occupy Wall Street Library* e o movimento da *Radical Reference*, bem como um texto sobre *Radical Archives*, os quais são lidos em sala de aula de forma coletiva, a partir da tradução dos textos realizada pela docente da disciplina. Estes textos são utilizados para discutir a responsabilidade social dos arquivistas e bibliotecários de referência e são disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

O método de ensino da disciplina são aulas expositivas dialogadas, onde alunos e professora dialogam sobre o tema do ensino na primeira parte da aula. A segunda parte de cada aula pode haver diferentes tipos de atividades, tais como: simulação de diferentes questões de referência em arquivos e bibliotecas, onde os alunos buscam no site do Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional como resolver essas questões e as fontes de informação para a pesquisa simulada. Também são realizadas simulações de um processo de referência em arquivos e em bibliotecas, bem como uma visita ao setor de referência de uma instituição arquivística e de uma biblioteca, além de conversas em sala de aula com profissionais que atuam no setor de referência de bibliotecas públicas e/ou populares da Cidade de Niterói.

Além desses métodos de ensino da disciplina, a mesma está relacionada ao projeto de extensão da docente da disciplina, cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão e que realiza atividades de diálogos e formações dos bibliotecários das bibliotecas populares sobre Serviços de Referência e Competência em Informação. Assim, os bibliotecários das bibliotecas mencionadas se deslocam até às aulas da disciplina para dialogar com os alunos sobre suas vivências na *práxis* do serviço de referência no âmbito das bibliotecas populares e sua relação com a responsabilidade social dos bibliotecários.

A avaliação da disciplina ocorre ao longo do semestre e é composta por um texto escrito refletindo sobre a importância e a atuação dos arquivistas e dos bibliotecários no serviço de referência dessas instituições. A segunda é realizar uma visita a um arquivo ou a uma biblioteca e descrever o serviço de referência realizado por meio da observação e a Avaliação Final é uma prova escrita sobre a teoria do serviço de referência em arquivos e bibliotecas, tendo um peso menor em relação às outras avaliações.

A disciplina de Serviços de Referência e Informação I baseia-se na concepção de ensino com pesquisa e observação, mesclando com métodos avaliativos mais tradicionais como a prova escrita, haja vista que, em semestres anteriores, alguns alunos tinham mencionado que sentiam falta desse tipo de avaliação. Os textos da disciplina mesclam os aspectos teóricos, técnicos e de atuação de arquivistas de referência e bibliotecários de referência com senso de responsabilidade social.

4.2 Práticas docentes na disciplina de Ação Cultural

A disciplina de Ação Cultural em Unidades de Informação era ofertada de forma obrigatória aos discentes do 7º período dos cursos Biblioteconomia e Documentação e de

Arquivologia¹⁰ após a referida reforma curricular sendo de tronco comum. Atualmente, é oferecida às quartas-feiras no período noturno. A disciplina possui 60h aula, sendo 30h de atividades práticas. A ementa da disciplina é a seguinte: *A dimensão cultural das estruturas e serviços de informação, Modalidades de ação cultural e seus atores, Políticas culturais, Estado e Cultura, Bens culturais e a Construção e uso de espaços de circulação.*

O conteúdo programático é baseado na ementa e organizado de acordo com os cursos aos quais é ofertado (Biblioteconomia e Documentação e Arquivologia), a saber:

Unidade 1: Conceito de cultura e suas formas de criação; Herança cultural; Ação cultural; Agente cultural; Cultura organizacional; Cultura brasileira; Política cultural brasileira; Mecanismos de incentivo à cultura; cultura bibliotecária e ação cultural. *Unidade 2:* Ação cultural em Biblioteca escolar, Biblioteca pública, Biblioteca comunitária, arquivos e museus. O perfil do profissional da informação como agente cultural e sua formação técnica, humanística e prática. *Unidade 3:* Técnicas e instrumentos de apoio às ações culturais em biblioteca; Projetos de ação cultural; Experiências de projetos de ação cultural; Fontes de fomento governamental e do setor privado para apoio e incentivo a projetos culturais; Noções básicas de elaboração de projetos culturais e avaliação de resultados.

Os métodos de ensino utilizados são: dinâmica comunicacional baseada em: autoria, compartilhamento, conectividade, colaboração e interatividade; aulas dialogadas; leituras de materiais em diversos suportes (artigos, *lives*, *podcasts*, capítulos de livro, entrevistas, dentre outros) e visitas a instituições culturais.

A avaliação da disciplina é baseada: na criação autoral, coletiva e colaborativa de 3 episódios para o *podcast* Panema Cultural¹¹; análise crítica e reflexiva de temas variados, tais como: política cultural brasileira e difusão cultural e educativa em arquivos, nos quais os/as discentes dissertam sobre temas selecionados e, por meio da plataforma *Google Classroom*, criam documento colaborativo e comentam respostas de outras duas pessoas, de forma a manterem um diálogo, fazendo uso assim de ferramentas digitais próprias da sociedade da cibercultura.

Os principais aportes teóricos utilizados na disciplina são: Roque de Barros Laraia (2009) e Maria Elisa Cevalco (2006) - introdução à discussão sobre cultura e hibridismo

10 A disciplina de Ação Cultural em Unidades de Informação era obrigatória para o curso de Arquivologia até o ano de 2017, quando houve um ajuste no currículo e passou a ser optativa.

11 Podcast criado e mantido por discentes da disciplina de Ação Cultural em Unidades de Informação durante a pandemia da covid-19 em 2021/2, tornou-se Projeto de Extensão, conta com bolsista e que foi agraciado com verba de edital da Pró-Reitoria de Extensão em 2022, no valor de R\$ 5.000,00, cinco mil reais, possibilitando a gravação em estúdio dos episódios em 2022/2)

cultural; Silvio Luiz de Almeida (2018) - herança cultural, racismo estrutural, patriarcado; Lia Vainer Schucman (2020), TEDx Floripa (vídeo) - culturas brasileiras, lugar do branco na luta anti racista, herança cultural; Márcia Kambeba, Daniel Munduruku, Ailton Krenak (2016; 2018), Itaú Cultural (vídeo) - culturas indígenas, decolonialidade; Mathizy Pinheiro (2020), TEDx Floripa (vídeo) - cultura afro-brasileira; Victor Flusser (1983) - ação cultural em bibliotecas; Lia Calabre (2007) - políticas culturais no Brasil; Letícia Silvana Estácio (2015) - competência informacional para a ação cultural em biblioteca escolar; Gloria Blauth (2022), Panema Cultural (podcast) - ação cultural em biblioteca pública; Terezinha Salvio (2018) - ação cultural em biblioteca comunitária e Heloisa Liberalli Bellotto (2010), Moisés Rockenbach (2015), Rosimere Cabral (2012) - difusão cultural, educativa e editorial em arquivos.

A disciplina de Ação Cultural em Unidades de Informação ora apresentada baseia-se nas concepções teóricas citadas anteriormente, em busca de uma educação para a liberdade, a crítica, a reflexão, de contextos culturais, de uma política pública cultural brasileira com foco em instituições culturais como arquivos e bibliotecas, sejam elas escolares, públicas, comunitárias ou universitárias. Tais análises e reflexões possibilitam a formação crítica de profissionais da informação cuja visão social e política estejam em consonância com uma sociedade plural e democrática, respeitando o contexto e o repertório cultural de cada pessoa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo apresentar, descritivamente, a prática docente nas disciplinas de Serviços de Referência e Informação e Ação Cultural em Unidades de Informação, bem como os conteúdos programáticos dessas disciplinas, dos Cursos de Graduação em Arquivologia e em Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal Fluminense, a partir da vivência das duas professoras das disciplinas.

As disciplinas abordadas se entrecruzam nas questões de Mediação da Informação e da Cultura e possibilitam que as docentes implementem programas mais amplos ao dialogarem com as práticas arquivísticas, visando uma formação na qual discentes sejam sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem. Portanto, defende-se a necessidade dos cursos de Biblioteconomia e de Arquivologia possuírem em seus fluxos curriculares ambas disciplinas, devido à ampliação do olhar sobre as práticas arquivísticas e biblioteconômicas que os alunos possuem, especialmente, através da riqueza da

construção curricular a partir de um tronco em comum. Espera-se assim que as experiências obtidas pelas docentes possam servir de referência para que outras instituições incluam em seus currículos as referidas disciplinas.

A prática das docentes se constitui a partir dos ensinamentos de Paulo Freire, nosso grande mestre, que busca o diálogo contínuo entre docentes e discentes, como atores ativos que compartilham e criam conhecimentos. Por uma educação para a liberdade, buscando formar profissionais da informação - bibliotecários e arquivistas - críticos, reflexivos, comprometidos com a responsabilidade social, o acesso e mediação da informação, sempre presentes no cotidiano da prática profissional, indo muito além da perspectiva tecnicista, de custódia, preservação; afinal, arquivos e bibliotecas são instituições socioculturais e devem servir à sociedade.

REFERÊNCIAS

ACCART, J-P. **Serviço de referência: do presencial ao virtual**. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2013.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BELLUZZO, R. C. B.; SANTOS, C. A. dos; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 60-77, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

CABRAL, R. M. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 35-44, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43954>. Acesso em: 11 ago. 2022.

COELHO, T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.Com**, Porto, v. 4, p. 3-36, jun. 2007. Disponível em: http://prisma.cetac.up.pt/edicao_n4_junho_de_2007/a_mediacao_a_comunicacao_em_pr.html. Acesso em: 27 out. 2022.

DUFF, W. M. Mediação Arquivística. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. Cap. 6, p. 171-202.

DEARSTYNE, B. W. Archival reference and outreach. **The Reference Librarian**, v. 26, n. 56, p. 185-202, oct. 1997. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J120v26n56_14. Acesso em: 24 maio. 2022.



- EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. 208 p.
- EVANS, F. B. *et al.* A basic glossary for archivists, manuscript curators, and records managers. **The American Archivist**, v. 37, n. 3, p. 415-433, 1974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40291669>. Acesso em: 20 maio 2022.
- FLUSSER, V. A biblioteca como instrumento de ação cultural. **R. Bras. Bibliotecon. Doc.**, São Paulo, v.12, n.3, p. 145-169, set. 1983. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/71176>. Acesso em: 16 out. 2022.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.
- GROGAN, D. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.
- JIMERSON, R. C. Arquivos para todos a importância dos arquivos na sociedade. **Arquivo & Administração**, v. 7, n. 2, p. 27-43, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51333>. Acesso em: 13 out. 2022.
- LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- MACEDO, N. D. Princípios e reflexões sobre o Serviço de Referência e Informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 23, n.1/4, p.9-37, jan./dez. 1990.
- MORAES, M. B.; ALMEIDA, M. A. Mediação da informação, ciência da informação e teorias curriculares: a transdisciplinaridade na formação do profissional da informação. **Informação & Informação**, Londrina v. 18, n. 3, p. 175-198, 2013. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12349> Acesso em: 06 out. 2022.
- MUELLER, S. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, 1984. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74223>. Acesso em: 29 set. 2022.
- NATIONAL Archives. **Frank G. Burke, Acting Archivist of the United States (1985-1987)**. [S.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <https://www.archives.gov/about/history/archivists/burke.html>. Acesso em: 10 out. 2022.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E A CULTURA. Bureau Internacional de Educação. **IBE**: glossário de terminologia curricular. Tradução de Rita Brossard. Brasília: UNESCO-IBE, 2016.
- RANGANATHAN, S. R. **Reference service**. Bombay: Asia Publishing House, 1961.

RASTELI, A.; CALDAS, R. F. Percepções sobre a mediação cultural em bibliotecas na literatura nacional e estrangeira. **TransInformação**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 151-161, maio/ago., 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862017000200151&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 17 out. 2022.

REFERENCE. *In*: DICTIONARY of archival terminology. [2000?]. Disponível em: <https://dictionary.archivists.org/entry/reference.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

RODRIGUES, A. C.; FIGUEIREDO, G. R. O curso de arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). *In*: MARQUES, A. A. C.; RONCAGLIO, C. RODRIGUES, G. M. **A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 409-439.

SANTOS, E; WEBER, A. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 13, n. 38, p. 285-303, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/8042/7796>. Acesso em: 16 out. 2022.

SERVIÇO DE REFERÊNCIA. *In*: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 153.

SILVA, M. Interatividade na educação híbrida. *In*: PIMENTEL, M; SANTOS, E; SAMPAIO, F. F. (org.). **Informática na educação: interatividade, metodologias e redes**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. Disponível em: <https://ieducacao.ceie-br.org/interatividade>. Acesso em: 14 out. 2022.

SHELLENBERG, T. R. Serviço de Referência. *In*: SHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2006. p. 345-359.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Resolução nº. 296, de 29 de novembro de 2006a**. Estabelece o Currículo do Curso de Graduação de Biblioteconomia e Documentação. Niterói, 2006a. Disponível em: <http://www.conselhos.uff.br/cep/resolucoes/2006/296-2006.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Resolução Nº. 297, de 29 de novembro de 2006b**. Estabelece o Currículo do Curso de Graduação de Biblioteconomia e Documentação. Niterói, 2006b. Disponível em: <http://www.conselhos.uff.br/cep/resolucoes/2006/297-2006.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

WILLIAMS, R. **Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: M. B. de Moraes. R. M. Cabral.

Coleta de dados: M. B. de Moraes. R. M. Cabral.

Análise de dados: M. B. de Moraes. R. M. Cabral.

Discussão dos resultados: M. B. de Moraes. R. M. Cabral.

Revisão e aprovação: M. B. de Moraes. R. M. Cabral.



FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Ana Clara Cândido, Patrícia Neubert, Genilson Geraldo, Mayara Madeira Trevisol, Jônatas Edison da Silva, Camila Letícia Melo Furtado e Beatriz Tarré Alonso.

HISTÓRICO

Recebido em: 17-09-2022 – Aprovado em: 16-04-2023 - Publicado em: 28-06-2023.

